

LEI MUNICIPAL Nº. 3.352, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Acrescenta o inciso XIII ao art. 4º da Lei Municipal nº 2.134, de 17 de junho de 2005, que reinstitui o Conselho de Meio Ambiente e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONSTANTINA**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Acrescenta o inciso XIII no art. 4º da Lei Municipal nº 2.134, de 17 de junho de 2005, com a seguinte redação:

“Art. 4º - [...]

XIII – Efetuar o controle social dos serviços públicos de saneamento básico.”

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se;
Publique-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 16 de dezembro de 2014.

Leomar José Behm
Prefeito Municipal

Publicado em **16 de dezembro de 2014**, devendo permanecer afixado extrato de publicação no Mural de Publicações Oficiais no período de **16/12/2014 a 16/01/2015**.

Hermes Roque Alievi
Secretário Municipal de Administração

Hermes Roque Alievi
Secretário Municipal de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 2.134. DE 17 DE JUNHO DE 2005 - CONSOLIDADA

Reinstitui o Conselho Municipal De Meio Ambiente.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Constantina – RS, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, em cumprimento com o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte:

Art. 1º. Fica reinstituído o CMMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente), órgão deliberativo, normativo e consultivo, fiscalizador e de assessoramento dos poderes municipais de CONSTANTINA em caráter permanente, nas gestões referentes à proteção e qualidade ambiental do município, integrante do SISEPRA E SISNAMA conforme lei estadual nº 10.330 de 27/12/94 e lei federal nº 6.938 de 31/08/81 respectivamente, instância superior para o estabelecimento da polícia ambiental do município.

Art. 2º. O CMMA será integrado obrigatoriamente de forma paritária por:

I – Representantes do Poder Público

II – Representantes de entidades civis organizadas

§ 1º. Na composição que trata o inciso primeiro deste artigo, deverá contemplar representantes do poder executivo e legislativo municipal, ficando facultada a participação do Estado e da União.

§ 2º. A representação do CMMA será exercido por um titular e um suplente por um período de 2 anos.

§ 3º. Os representantes do CMMA serão designados pelas entidades que representam e homologados por ato do Prefeito Municipal.

§ 4º. O exercício das funções dos membros do CMMA será gratuito e é considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 3º. São membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente:

I – Um representante da Secretária da Agricultura;

II – Um representante da Secretária da Obras;

III – Um representante da Secretária de Educação;

IV – Um representante da Secretaria da Administração;

- V-** Um representante da Secretaria da Saúde;
- VI** – Um representante do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais;
- VII** – Um representante da Emater;
- VIII** – Um representante da Associação Comercial e Industrial – Acisac;
- IX-** Um representante Lions Club;
- X-** Um representante do Rotary Club.

Art. 4º. São competências do CMMA

I – Deliberar sobre as diretrizes da Política Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, para homologação do prefeito, bem como, acompanhar sua implementação;

II – Deliberar e gerenciar, com aprovação do executivo, sobre a aplicação do Fundo Municipal do Meio Ambiente conforme legislação específica;

III – Colaborar nos estudos e elaboração do planejamento urbano, planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação da área urbana;

IV – Decidir, como ultima instância administrativa em grau de recurso, sobre multas e outras penalidades impostas pelo Poder Público Municipal;

V – Estabelecer, normas, padrões, parâmetros e critérios de avaliação, controle, manutenção, recuperação e melhoria da qualidade do meio ambiente, supletiva e complementarmente, observados as que forem estabelecidas pelo CONAMA E CONSEMA;

VI – Estabelecer, critérios para orientar as atividades de educação ambiental, de documentação, de divulgação e de discussão pública, no campo da conservação, preservação e melhoria do meio ambiente e dos recursos naturais;

VII – manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e de atuação na proteção do meio ambiente;

VIII – Apreciar e deliberar, na forma da legislação, sobre estudos de impactos ambientais e respectivos relatórios, por requerimento de qualquer um de seus membros;

IX – Convocar audiências públicas, nos termos da legislação;

X – Analisar e emitir parecer sobre projetos de entidades públicas ou privadas, objetivando a preservação ou a recuperação de recursos ambientais;

XI – Fiscalizar o Poder Público na execução da política ambiental de CONSTANTINA;

XII - Elaborar e aprovar seu regimento interno num prazo Máximo de 120 dias.

XIII – Efetuar o controle social dos serviços públicos de saneamento básico.

Art. 5º. O Conselho Municipal poderá instituir, sempre que necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos relevantes de interesse ambiental;

Art. 6º. As decisões do CMMA serão tomadas pela maioria de seus membros mediante voto aberto e justificado em sessão pública nos termos do Regime Interno;

Art. 7º. As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprios do Orçamento Municipal e repasse Federais e Estaduais, contabilizados obrigatoriamente na conta do fundo municipal de Meio Ambiente, o qual será administrado pelo secretário de agricultura, conforme lei que cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as leis nº 1.713/01 de 18 de maio de 2001 e 1.960/03 de 24 de outubro de 2003.

Registre-se;